



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201985000231	Distribuição: 14/02/2019
Número Único: 0000449-90.2019.8.25.0075	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: LUIZ ANTONIO DE SANTANA  
Endereço: Rua Agnaldo Alves de Souza  
Complemento:  
Bairro: Santos Dumont  
Cidade: TOBIAS BARRETO - Estado: SE - CEP: 49300000  
Advogado(a): HELDER ASSIS FREITAS OLIVEIRA 4147/SE  
Requerido: SEGURADORA LIDER  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 15º Andar  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO  
Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

14/02/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201985000231, referente ao protocolo nº 20190213162405046, do dia 13/02/2019, às 16h24min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO/SERGIPE**

**RITO ORDINÁRIO**

**Reclamante: LUIZ ANTONIO DE SANTANA**

**Reclamado: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**LUIZ ANTONIO DE SANTANA**, brasileiro, casado, lavrador, RG nº 766.837 SSP/SE, CPF nº 364.321.005-87, residente e domiciliado na Rua Agnaldo Alves de Souza, 174/A, Bairro Santos Dumont, Tobias Barreto/SE, CEP 49.300-000, não possui endereço eletrônico, por conduto de seu procurador e advogado, que esta subscreve e assina, constituído pelo instrumento procuratório em anexo, com endereço para intimações abaixo impresso, vem, mui respeitosamente a presença de VOSSA EXCELÊNCIA, ajuizar

**AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM DANOS MORAIS**

Em face do **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 12º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, endereço eletrônico [citacao.intimacao@seguradoralider.com.br](mailto:citacao.intimacao@seguradoralider.com.br), e o faz com fundamento na legislação que trata do caso em tela, pelos motivos a seguir, em síntese:

### ***PRELIMINARMENTE***

Requer a V. Ex<sup>a</sup>, os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988, vez que pessoa pobre na forma da lei, não podendo, portanto, no momento, arcar com as despesas processuais, sem risco para sua sobrevivência, nomeando o(s) advogado(s) que o presente subscreve, para o patrocínio da causa.

O autor, como será devidamente narrado abaixo, está passando por imensas dificuldades financeiras, declarando desde já que não pode arcar com as custas processuais, fazendo jus ao benefício da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988.

### ***DOS FATOS***

O requerente envolveu-se em um acidente em 23/11/2017, onde perdeu o controle da motocicleta que estava pilotando e acabou colidindo com uma cancela, tendo fratura na perna direita e uma pancada forte na cabeça, sendo conduzido para o hospital de Lagarto/SE, *diagnóstico de atendimento em anexo*.

Diante da gravidade do acidente e após a sua liberação do Hospital, o autor acionou o seguro DPVAT, através do *sinistro 3180476612*, tendo como conclusão o não pagamento por negativa técnica, qual seja:

**"Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (Sinistro número 3180476612), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 23/11/2017. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi negado."**

Ora MM Julgador, os documentos juntados pelo autor informam de forma incontestada a perda do funcionamento do membro direito, o que demonstra claramente a ausência de fundamentação para a negatória do pagamento.

Em anexo, encontra-se relatório e laudo médico onde afirma que o autor possui na perna direita, afundamento do platô tibia lateral, necessitando de correlação clínica e estudo tomográfico, fratura consolidada de ¼ do proximal da fíbula e fratura consolidada viciosamente de ¼ do distal da tibia. Já em relação ao tornozelo direito, teve como diagnóstico o alinhamento em Varo do tornozelo, incongruência articular tibiotalar e consolidação viciosa de tibia distal.

Diante disso, o relatório médico informa que o autor encontra-se incapaz para as atividades de serviço braçal pesado na agricultura por tempo indeterminado, pois necessita de tratamento fisioterápico para melhor função articular. CID – T 93.2

Deste modo, o autor vem em busca do Poder Judiciário, objetivando receber os valores a que possui direito, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais) ou variação conforme a gravidade das lesões e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 6.194/74.

Deste modo, fez-se necessário a presente demanda e a tutela do Judiciário, a fim de que venha o Requerente ver-se amparado nos seus direitos de cidadão e ser ressarcido na quantia equivalente à apólice de seguro contratada, ante os motivos acima elencados.

### ***DO DIREITO***

A Lei nº 6.194/74 trata sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, assegurando que o acidentado por esta espécie de veículo seja indenizado de acordo com os reflexos deste, conforme dispõe o art. 3º, vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



**FREITAS OLIVEIRA**

A D V O C A C I A  
DR. HELDER ASSIS FREITAS OLIVEIRA – OAB/SE 4.147

---

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

O Art. 3º, II da referida lei, estabelece que no caso de invalidez permanente seja pago o valor de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ao tempo em que a lei permite ainda o pagamento de valores em decorrência de invalidez parcial.

A invalidez será permanente quando impossibilitar a realização de seus afazeres diários, sendo esta impossibilidade causada por uma doença ou um acidente o qual deixou sequela como no caso do Autor.

Vejamos o que dispõe o §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, in verbis:

Art. 3º (...) (...) § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional



**FREITAS OLIVEIRA**

A D V O C A C I A  
DR. HELDER ASSIS FREITAS OLIVEIRA – OAB/SE 4.147

---

na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

### **Vejamos alguns precedentes do STJ:**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ARTIGO 544 DO CPC). DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR. 1. Aferição do grau de invalidez permanente para fixação da indenização referente ao seguro DPVAT. Da leitura conjugada dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, infere-se que o legislador estabeleceu apenas o limite máximo do valor da indenização por invalidez permanente, correspondente a 40 salários mínimos, na legislação anterior, e até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na redação dada pela Lei 11.482/2007, o que justifica a necessidade de que as lesões sejam quantificadas pelo instituto médico legal competente, para que se possa apurar o grau de incapacidade do segurado, fixando-se, em razão da extensão das lesões por ele sofridas, a respectiva compensação indenizatória. *Precedentes do STJ*

Portanto, restando provado mediante documentação ora exibida, informando a invalidez sofrida, *bem como prova pericial que desta já requer*, consoante se depreende dos documentos ora acostados, a seguradora deveria ter pago a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### ***DO DANO MORAL***



A negativa de pagamento de tal seguro, ocasionou ao autor um Abalo de Ordem Moral, pois tais valores iriam complementar a sua renda, como também ajudar a sua família nesse período em que o mesmo está impossibilitado de trabalhar.

Não se trata aqui de mero dessabor, estamos diante de uma **recalcitrância abusiva da seguradora**, onde tal atitude refletiu amplificada na esfera pessoal.

Para a configuração do dano moral compensável faz-se necessário o preenchimento/observância de três requisitos comuns a toda espécie de dano, a saber: **conduta, nexo causal e dano compensável**.

A **CONDUTA** constitui-se no agir, ativa ou passivamente, da pessoa física ou jurídica, sem atenção ao imperioso dever de cuidado. Agir este capaz de gerar dano a outrem. Acerca da conduta, dispõe o art. 927, do CC/2002, *in verbis*, que “*aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*”.

Note que o artigo em questão trata da prática de ato ilícito. No entanto, não dispensa a responsabilização no cometimento de atos lícitos geradores de danos.

O **NEXO DE CAUSALIDADE**, consistente no elo entre a conduta e o dano compensável, igualmente resta configurado, haja vista que, não fosse a conduta irresponsável da parte Ré – em não promover o pagamento do seguro, não teria a parte Autora experimentados os transtornos que extrapolarem a esfera do mero dissabor.

Por fim, tem-se que configurado o **DANO**, ante a flagrante ilegalidade cometida em desfavor da parte Autora, pela prática de ato, repito, irresponsável da parte Demandada, que, sem atenção ao imperioso dever de cuidado, concorreu para a prática de fato dito como danoso, consistente no dever de indenizar.

Frise-se, ademais, ainda em relação ao dano, que, em hipóteses como a que ora se apresenta, este se dá de forma *in re ipsa*, ou seja, independente de comprovação.

### **DOS PEDIDOS**

Diante do Exposto, requer a Vossa Excelência o que segue:

a) Os Benefícios da Justiça Gratuita, conforme requerido em preliminar, vez que, desde já declara o autor no momento não possuir recursos para arcar com as custas iniciais, processuais e honorários sem verdadeiro prejuízo do próprio sustento e o da família, sem contar que se trata de pessoa pobre na acepção jurídica do termo, fazendo jus ao benefício da justiça gratuita conforme preceitua o artigo 4º do Provimento de nº 10/2001 do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, razão pela qual pede seja-lhe deferido o referido benefício, nos termos das Leis 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, sem o que não alcançara a prestação jurisdicional pretendida;

b) A citação da requerida, no endereço indicado no preâmbulo, para que, querendo, conteste a presente ação, sob pena de lhe serem imputados os efeitos da revelia;

c) Em cumprimento ao art. 319, do NPC, o autor opta pela **REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**.

d) A realização de perícia médica judicial afim de corretamente avaliar a condição de saúde da parte autora de forma a restar comprovado o grau de lesão e de consequente invalidez;

e) Ao final que a presente Ação seja julgada **PROCEDENTE**, condenando a requerida, ao pagamento da complementação do seguro DPVAT, no montante de, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e/ou, o montante de complementação conforme definido em perícia, cujo valor, deverá ser devidamente atualizado e acrescido de juros legais até a data do efetivo pagamento;

f) Que condene o requerido ao pagamento da justa indenização pelos danos morais causados à parte autora, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

g) A condenação da requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 20%, e demais cominações legais.



**FREITAS OLIVEIRA**

A D V O C A C I A  
DR. HELDER ASSIS FREITAS OLIVEIRA – OAB/SE 4.147

---

Protesta provar o alegado por documentos, testemunhas, se necessário, e em especial prova pericial, que desde já requer, bem como, por todos os meios em direito permitidos.

Atribui-se à causa o valor R\$ 13.500,00

Nestes termos

Pugna-se pelo provimento

Tobias Barreto - SE, em 10 de Fevereiro de 2018.

**Dr. Helder Assis Freitas Oliveira**  
**OAB nº 4147/SE**

**"PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"**

Luiz Antonio de Santana, brasileiro, Procurador, RF n. 766.837 SSP/SE, CPF 364.321.055-87, residente e domiciliado Rua Agnaldo Alves de Souza, 174, Centro, Tobias Barreto/SE CEP 44.300-000.

da pelo presente instrumento particular de P R O C U R A Ç Ã O, nomeia (m) seu bastante procurador, o Dr. Helder Assis Freitas Oliveira, brasileiro, maior, divorciado, advogado, inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL- OAB/SE sob o nº 4147, com escritório na Av. José Davi dos Santos nº 1143, bairro: Santa Rita, Tobias Barreto - Estado de Sergipe, a que confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "A D J U D I C I E E T E X T R A "para defesa do (s) do interesse do (s) outorgante (s) em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e promover a defesa nas contrárias, seguindo umas e outras até decisão final, usando todos os recursos legais, e acompanhando-as, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para requerer, desistir, transigir, firmar termos, atos e compromissos, inclusive os previstos no artigo 105 do Código de Processo Civil, fazer acordo, receber documentos e valores, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, ratificando todos os termos impressos especialmente para

Apurar ação em face do Segurado Vida

Tobias Barreto/SE, 23 de junho 2019.

Luiz Antonio de Santana

Outorgante

# RG E CPF







Seguradora

**LÍDER**

Administradora do Seguro DPVAT



Correio

R\$ 11,8

14:25

CARTELA

POST. MARIZIA

LUIZ ANTONIO DE SANTANA  
R AGNALDO ALVES DE SOUZA, 174 CSA  
SANTOS DUMONT  
CEP 49300000 - TOBIAS BARRETO - SE

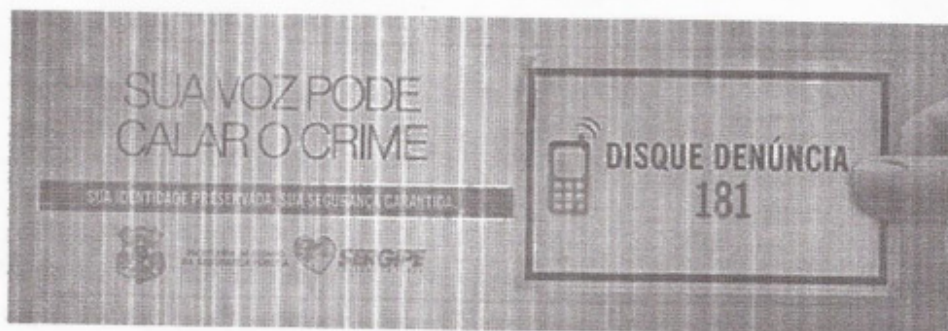


JO987324174BR



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



### DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOBIAS BARRETO

LARGO GLICERIO CERQUEIRA CEP 49300000, CENTRO FONE:(0) 3541-2784

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2017/06598.0-002382

#### DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOBIAS BARRETO

Endereço: LARGO GLICERIO CERQUEIRA CEP 49300000, CENTRO FONE:(0) 3541-2784

#### FATO

Data e Hora do Fato: 23/11/2017 - 10:30 até 23/11/2017 - 10:30

Endereço: ZONA RURAL Número: Complemento: CEP: 49300-000

Bairro: POVOADO JABEBERI Cidade: TOBIAS BARRETO - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOBIAS BARRETO

Tipo de local: OUTROS Meio Empregado: OUTRO

#### VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: LUIZ ANTONIO DE SANTANA

Nome do pai: JOAO JOAQUIM DE SANTANA Nome da mãe: RAIMUNDA DO NASCIMENTO SANTANA

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 7638276 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: RIO REAL Data de nascimento: 06/01/1965 Sexo: Masculino Cor da cútis: Branca

Profissão: Não informado Estado civil: Casado Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: AGNALDO ALVES DE SOUZA Número: 174 Complemento: CASA

CEP: 49.300-000 Bairro: Cidade: TOBIAS BARRETO UF: SE

Proximidades: Telefone:

#### HISTÓRICO

NARRA O NOTICIANTE QUE, QUANDO ESTAVA ESTAVA IDO PARA SUA ROÇA, PERDEU O CONTROLE DA MOTOCICLETA QUE ESTAVA PILOTANDO E ACABOU COLIDINDO COM UMA CANCELADA, TENDO FRATURAMENTO NA PERNA DIREITA, PANCADA FORTE NA CABEÇA E NA FACE, SENDO TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL DE LAGARTO-SE PARA REALIZAR UMA CIRURGIA NA PERNA DIREITA. PRESTA ESTA OCORRÊNCIA PARA A RETIRADA DO SEGURO DPVAT. A MOTOCICLETA É UMA HONDA/CGC 150 FAN E 3DL CHAS31 3C2KC 1680FR593529, RENAVAL 01051834470, PLACA QKR6011, COR PRETA, LICENCIADA EM NOME DE CARLOS PEREIRA DOS SANTOS.

Data e hora da comunicação: 27/12/2017 às 16:24

Última Alteração: 27/12/2017 às 16:24

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

*Luiz Antonio de Santana*  
LUIZ ANTONIO DE SANTANA  
Responsável pela comunicação

*Fábio Alan Pinto Pimentel*  
Fábio Alan Pinto Pimentel  
Responsável pelo preenchimento





HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO  
MONSENHOR JOÃO BATISTA DE  
CARVALHO DALTRO

## RELATÓRIO DE ALTA HOSPITALAR

### IDENTIFICAÇÃO

NOME: Guilherme de L. B.  
Nº. PRONTUÁRIO: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ SEXO: ☒ M. ☐ F.  
DATA DA ADMISSÃO: 07/12/12 ALTA: 08/12/12 ( ) F.

### HISTÓRIA CLÍNICA

#### 1. DIAGNÓSTICO(S) / CID-10:

Fratura do fêmur distal t.b.h. (D)

#### 2. TÉCNICA(S) CIRÚRGICA(S) E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S)

(Exames, Órteses, Próteses):

Internação com placa  
no fêmur

#### 3. TERAPÊUTICA:

EM ANEXO

#### 4. ORIENTAÇÕES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR APÓS ALTA HOSPITALAR:

1. FAZER USO DA MEDICAÇÃO PRESCRITA; ☒
2. RETIRAR OS PONTOS COM 15 DIAS EM POSTO DE SAÚDE; ☒
3. CURATIVO DIÁRIO EM POSTO DE SAÚDE; ☒
4. RETORNAR NO DIA 14/12/12 PARA REVISÃO;
5. TRAZER O RAIO-X SOLICITADO NO DIA DA REVISÃO.

Dr. Ricardo Dantas  
Membro da Sociedade  
Brasileira de Ortopedia  
CRM/SE 3868 TEO 1444  
CEOT - Centro Médico Jardins  
1º Andar - (19) 3025-8686

Assinatura e Carimbo



Nome LUIZ ANTONIO DE SANTANA		Nome Social 		Prontuário 10503/1
Nome Mãe RAIMUNDA DO NASCIMENTO SANTANA		Sexo Masculino	Estado Civil Casado	Dt Nascimento 06/01/1965
Nome Pai JOÃO JOAQUIM DE SANTANA		Data cadastro 23/11/2017	Data recadastro 	Pront. Família 
RG 766937	CPF 		Cartão SUS 	
Nome Anterior 	Cidade de nascimento RIO REAL			UF BA
Grau Instrução 1º Grau Incompleto	Nacionalidade BRASILEIRO			
Profissão 	Código da profissão 	Cor Parda	Fone ou Recado 79-999082659	
Logradouro RUA AGNALÇDO ALVES DE SOUZA		Posto de Referência : 		
Número 174	Complemento 	Bairro SANTO DUMON		
Cidade FOBIAS BARRETO	UF SE	CEP 49300-000		
Identificador JOSE ADAUTO AMARAL SANTOS				
Área Cadastradora CENTRO CUSTO 1				

Observação

23/11/2017:QP: ACIDENTE DE MOTO

Declaro para todos os fins de direito e sob as penas da lei que as informações cadastrais contidas no boletim de identificação são verídicas.

*Renato da Silva Santana*

( ) Paciente ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Representante Legal

Boletim de Identificação de Paciente







### III - EXAMES SOLICITADOS

#### INTEGRALIDADE DA ASSISTÊNCIA

08:30 hrs. Cliente deu entrada na sala de Triagem Com Lente na Coluna e profura na perna direita Verificada PA - 140x80 mmHg Sol - 98 BPM Pulso - 63 BPM HGT - 103 kg/1,60m Pulso com aleito Aleito sem Veria perfurante administrada Medicacao Canyone me presticio judicial. aguardando a chegada da Saome para ser transferido.

Aguardando

Porem 661-704

Aguardando

13:40 Realizado transferência para HUSE em BAMBUS em companhia de familiar, Imunoso de Colar cervical, mobilizado. para conduta ortopedica medico que recebeu delegacia no HUSE Dr. Murilo

Dr. E dos Santos  
FARMACIA  
CURENDA, 02-412

SAÍDA:

☐ Alta

☐ Evasão

☐ Transferência

☐ Óbito

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Horário: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2018.

Aos Cuidados de: **LUIZ ANTONIO DE SANTANA**  
Nº Sinistro: **3180476612**  
Vítima: **LUIZ ANTONIO DE SANTANA**  
Data do Acidente: **23/11/2017**  
Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180476612**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **23/11/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT



## RECEITUÁRIO

Roberto Uzeda

O sr. Dr. MARCIO DE SANTANA, ID: 766.037 SSP/SE. encontra-se em seguimento multibrotado/ em tratamento cirúrgico de fratura da perna direita (tibia) e do fêmur da perna esquerda, pois houve do referido seguimento; O mesmo possui um afastado de suas atividades laborais por período indeterminado de tempo e com rotinas como revisão de prazos e outras coisas.

Lagoa (RJ), 12/01/19.

*[Assinatura]*  
Vitor Hugo Campos  
Ortopedia Traumatologia  
CRM 22071/SE



### SERVIÇOS

- \* URGÊNCIAS ORTOPÉDICAS  
(IMOBILIZAÇÕES GESSADAS)
- \* ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
- \* CIRURGIA DE RECONSTRUÇÃO  
ARTICULAR DO QUADRIL E JOELHO
- \* MEDICINA DO TRABALHO
- \* CARDIOLOGIA
- \* CLÍNICA MÉDICA

### EXAMES DE IMAGEM

- \* RAO X DIGITAL
- \* ELETROCARDIOGRAMA
- \* DENSITOMETRIA ÓSSEA

### Relatório Médico

O paciente Luiz Antônio de Santana, portador de RG N°766.837 SSP/Se, atendido neste serviço, queixando-se de dor na face lateral do joelho, perna e tornozelo direito e claudicação da marcha (marcha antálgica) em consequência de acidente com motocicleta e fratura dos ossos da perna direita acerca de 14 meses. Operado para tratamento das fratura, e ao exame físico direcionado- presença de cicatrizes cirúrgica na face medial da perna supracitada com discreto desvio em varo do tornozelo e redução da amplitude dos movimentos do joelho e tornozelo. Ao exame radiográfico da perna e tornozelo- presença de Imagem radiolúcida em tibia proximal + Discreto afundamento do platô tibial lateral (sequela de fratura?) + Fratura consolidada do  $\frac{1}{4}$  proximal da fíbula e fratura consolidada viciosamente do  $\frac{1}{4}$  distal da tibia com alinhamento em varo do tornozelo + incongruência articular tibiotalar. Frente ao exposto, encontra-se incapaz para as atividades de trabalho braçal pesado na agricultura por tempo indeterminado, pois, necessita de tratamento fisioterápico para melhorar a função articular.

CID- T 93.2

Lagarto, 5 de fevereiro de 2019

Rua Hipólito Santos 56 - Centro - Lagarto / SE - CEP: 08.800-000

Dr. Roberto Santiago dos Santos

Dr. Roberto Santiago dos Santos  
Ortopedia Traumatologia  
Medicina do Trabalho  
CRM 15.585  
RPA 15.585

Tel. (79) 3631-2519





Data: 1/2/19

Classe: Particular

Médico: Dr. Robério Santiago dos Santos

Clinica: Ortopedia Geral e Medicina do Trabalho

Nome: Luiz Antônio de Santana

Idade: 54 anos

Exame: Radiografia de Perna D em AP e Perfil + Radiografia de Tornozelo D em AP e Perfil

Laudos

Perna D

Imagem radiolúcida em tíbia proximal.

Discreto afundamento do platô tibial lateral (sequela de fratura?), necessita de correlação clínica e estudo tomográfico).

Fratura consolidada do ¼ proximal da fíbula e fratura consolidada viciosamente do 1/4 distal da tíbia.

Tornozelo D

Alinhamento em Varo do tornozelo.

Incongruência articular tibiotalar.

Consolidação viciosa de tíbia distal.

Obs: Exame digitalizado.

Dr. Michael Silveira Santiago  
Médico  
CREMEB 2009 TEST 10067

Dr. Michael Silveira Santiago

Rua Hipólito Santos, 56 - Centro - Lagarto-SE - CNPJ: 088203600001-41 • Fone: (79) 3631-2519



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

15/02/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

19/02/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e ss. do CPC/2015. Em conformidade com o disposto no art. 334 do CPC/15, designo audiência de conciliação para o dia 17/05/2019, às 10h50min. Cite-se o(a)(s) Requerido(a)(s), por pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma dos arts. 2471, c/c art. 2492, ambos no CPC/2015), com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data ora aprazada, para comparecer(em) à aludida sessão, acompanhado(a)(s) de advogado(a)(s), ficando ciente que deverá(ão) informar o seu desinteresse na composição amigável com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da referida audiência. Em caso de desinteresse na conciliação, a data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15. De outro modo, sendo realizada a audiência de conciliação, mas restando infrutífera a solução amigável do litígio pelos motivos indicados no inciso I do art. 335 do CPC/15, a data da solenidade deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento de resposta. Ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15). Intimações necessárias (advogado(a)(s) da parte autora, pela imprensa, ficando o(a)(s) mesmo(a)(s) advertido(a)(s) de que deverá(ão) comunicar ao(à) seu(ua) constituinte a data da aludida sessão; sendo assistência da parte autoria promovida pela Defensoria Pública, deverá ser promovida a intimação pessoal do(a)(s) Autor(a)(s), sendo a intimação do(a) Ilustre Defensor(a) Público realizada por meio eletrônico). Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com a consequente aplicação de multa de até 02 (dois) por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, §8.º, do CPC. Cumpra-se. 1Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto: I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3o; II - quando o citando for incapaz; III - quando o citando for pessoa de direito público; IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma. 2Art. 249. A citação será feita por meio de oficial de justiça nas hipóteses previstas neste Código ou em lei, ou quando frustrada a citação pelo correio.

Designo o dia 17/05/2019 às 10h:50min para que seja realizada audiência Conciliação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto**

Nº Processo 201985000231 - Número Único: 0000449-90.2019.8.25.0075

Autor: LUIZ ANTONIO DE SANTANA

Réu: SEGURADORA LIDER

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e ss. do CPC/2015.

Em conformidade com o disposto no art. 334 do CPC/15, designo audiência de conciliação para o dia **17/05/2019, às 10h50min.**

Cite-se o(a)(s) Requerido(a)(s), **por pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma dos arts. 247<sup>1</sup>, c/c art. 249<sup>2</sup>, ambos no CPC/2015)**, com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data ora aprazada, para comparecer(em) à aludida sessão, acompanhado(a)(s) de advogado(a)(s), ficando ciente que deverá(ão) informar o seu desinteresse na composição amigável com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da referida audiência.

Em caso de desinteresse na conciliação, a data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15.

De outro modo, sendo realizada a audiência de conciliação, mas restando infrutífera a solução amigável do litígio pelos motivos indicados no inciso I do art. 335 do CPC/15, a data da solenidade deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento de resposta.

Ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15).

Intimações necessárias (advogado(a)(s) da parte autora, pela imprensa, ficando o(a)(s) mesmo(a)(s) advertido(a)(s) de que deverá(ão) comunicar ao(à) seu(ua) constituinte a data da aludida sessão; sendo assistência da parte autoria promovida pela Defensoria Pública, deverá ser promovida a intimação pessoal do(a)(s) Autor(a)(s), sendo a intimação do(a) Ilustre Defensor(a) Público realizada por meio eletrônico).

**Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com a consequente aplicação de multa de até 02 (dois) por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, §8.º, do CPC.**

Cumpra-se.

<sup>1</sup>Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:

I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;

II - quando o citando for incapaz;

III - quando o citando for pessoa de direito público;

IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

**2**Art. 249. A citação será feita por meio de oficial de justiça nas hipóteses previstas neste Código ou em lei, ou quando frustrada a citação pelo correio.



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Santos Ribeiro, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto**, em 19/02/2019, às 16:06:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000405628-80**.

---



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

22/02/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico e dou fé que expedi carta de citação direcionado ao réu (nº201985001041). Ademais, em obediência ao Despacho retro, certifico também que deixei de expedir o respectivo mandado de intimação da parte autora, tendo em vista que é assistida por advogado(a) constituído(a), devidamente cadastrado(a) nos autos, devendo ser intimada quando da publicação no DJ/SE do despacho que marcou a assentada, através do(e) seu(sua) causídico(a).

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

22/02/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de 201985001041 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto  
Avenida José Davi dos Santos, S/N  
Bairro - Santa Rita Cidade - Tobias Barreto  
Cep - 49300-000 Telefone - (79)3541-5900

Normal(Justiça Gratuita)



201985001041

PROCESSO: 201985000231 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000449-90.2019.8.25.0075  
NATUREZA: Procedimento Comum  
REQUERENTE: LUIZ ANTONIO DE SANTANA  
REQUERIDO: SEGURADORA LIDER

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e ss. do CPC/2015. Em conformidade com o disposto no art. 334 do CPC/15, designo audiência de conciliação para o dia 17/05/2019, às 10h50min. Cite-se o(a)(s) Requerido(a)(s), por pessoalmente (carta com AR ou, na impossibilidade desta via, por mandado, na forma dos arts. 2471, c/c art. 2492, ambos no CPC/2015), com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias da data ora aprazada, para comparecer(em) à aludida sessão, acompanhado(a)(s) de advogado(a)(s), ficando ciente que deverá(ão) informar o seu desinteresse na composição amigável com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da referida audiência. Em caso de desinteresse na conciliação, a data do protocolo do pedido de cancelamento da audiência deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento da sua resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335, inciso II, do CPC/15. De outro modo, sendo realizada a audiência de conciliação, mas restando infrutífera a solução amigável do litígio pelos motivos indicados no inciso I do art. 335 do CPC/15, a data da solenidade deve ser considerada como o termo inicial para o oferecimento de resposta. Ressalte-se que a não apresentação de contestação acarretará os efeitos da revelia e serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC/15). Intimações necessárias (advogado(a)(s) da parte autora, pela imprensa, ficando o(a)(s) mesmo(a)(s) advertido(a)(s) de que deverá(ão) comunicar ao(à) seu(ua) constituinte a data da aludida sessão; sendo assistência da parte autoria promovida pela Defensoria Pública, deverá ser promovida a intimação pessoal do(a)(s) Autor(a)(s), sendo a intimação do(a) Ilustre Defensor(a) Público realizada por meio eletrônico). Ficam as partes advertidas que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação será considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com a consequente aplicação de multa de até 02 (dois) por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, §8.º, do CPC. Cumpra-se. 1Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto: I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º; II - quando o citando for incapaz; III - quando o citando for pessoa de direito público; IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma. 2Art. 249. A citação será feita por meio de oficial de justiça nas hipóteses previstas neste Código ou em lei, ou quando frustrada a citação pelo correio.

Designo o dia 17/05/2019 às 10h:50min para que seja realizada audiência Conciliação.

**Data e horário da audiência:** 17/05/2019 às 10:50:00, **Local:** SALA DE AUDIÊNCIAS DA 1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO/SE. Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000. Fórum local.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

**Qualificação da parte ré:**

**Nome:** SEGURADORA LIDER

**Residência:** Rua Senador Dantas, 15º Andar, 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

**Ilmº (a) Sr(a)**

**Nome:** SEGURADORA LIDER

**Residência:** Rua Senador Dantas, 15º Andar, 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças dos Anjos, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto**, em **22/02/2019, às 13:05:22**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000444681-88**.





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE TOBIAS BARRETO DA COMARCA DE TOBIAS BARRETO**  
**Av. José Davi dos Santos, Bairro Centro, Tobias Barreto/SE, CEP 49300000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201985000231

**DATA:**

13/03/2019

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201985001041, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEGURADORA LIDER}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não

**AVISO DE  
RECEBIMENTO**

**Digital**



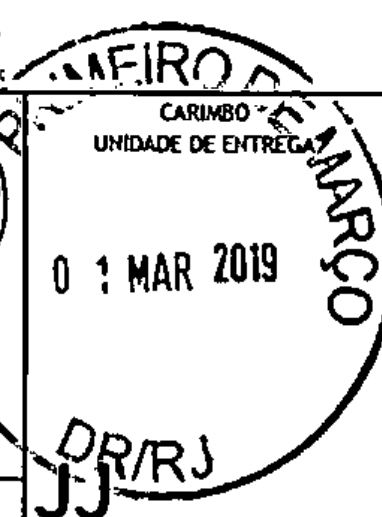
**DESTINATÁRIO**

**DELEGADA LIDER**

Senador Dantas n° 74, 15° Andar. Centro.

201205 - Rio de Janeiro - RJ

**AR984643960SG**



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional**

**DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO QUENTE - OPORTUNO)**

Referente ao processo de nro. 201985000231 e mandado nro. 201985001041

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ :  
2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ :  
3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ :

**ATENÇÃO:**  
Após a 3ª  
tentativa,  
devolver o  
objeto.

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**  
☐ 1 Ausência  
☐ 2 Endereço incorreto  
☐ 3 Não encontrado  
☐ 4 Desconhecido  
☐ 5 Outros  
☐ 6 Recebido  
☐ 7 Alterado  
☐ 8 Falecido

**RUBRICA E MATRÍCULA DO  
CARTEIRO**

Ana Cláudia  
Mat.: 8.957.275-0

**ASSINATURA DO RECEBEDOR**

**DATA DE ENTREGA**

**NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR**

**N° DOC. DE IDENTIDADE**